

1	<b>Ata de reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência</b>
2	<b>Social - CMAS</b> , realizada em 21/06/2005, às 8:30 horas em sua
3	sede, situada à Rua Ferreira Penteadado, nº 1331, Centro, em
4	Campinas/SP. <b>Participantes por Segmentos</b> : Representantes
5	Titulares das Entidades de Assistência Social: Silmara Cristina
6	Ramos Quintana, Cássia da Silva Santana, Mauro Gibson Pereira;
7	Representantes Suplentes das Entidades de Assistência Social :
8	Antonia Cacilda dos Santos, Edivan Ramos Guimarães; Sirene
9	Ferreira Franco; Representantes Titulares dos Profissionais ou
10	Órgão de Classe ligados à área da Assistência Social : Maria
11	Olímpia da Silva Luz, Maria Therezinha C. Marques;
12	Representantes Suplentes dos Profissionais ou Órgão de Classe
13	ligados à área da Assistência Social : Otildes Maria Michel
14	Duarte, Maria Nildes dos Santos Nascimento; Usuários ou
15	Representantes dos Usuários da Assistência Social : Titulares :
16	Pedro Delle Donne, Maria Inês de Luma Pereira, Suplente :
17	Antonio Luiz de Castro. Representante Titular e Suplente da
18	Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e
19	Inclusão Social, Representante Titular da Secretaria Municipal de
20	Educação; Representante Titular Suplente da Secretaria
21	Municipal de Habitação; Representante Titular e Suplente da
22	Secretaria Municipal de Saúde, Representante Suplente da
23	Câmara Municipal de Campinas. <b>Conselheiros Consultivos</b> : Maria
24	Aparecida Fulfulé, Jairo P. Leite. <b>Justificativas de Ausência</b> :
25	Maria Aparecida S. Diniz, Izabel Cristina S. de Almeida, Andressa
26	Caetano de Mello, Esther Monteiro C. Cardoso, Ana Lúcia Silva,
27	Elvira Maria F. Brito. A Presidente do CMAS, verificou o quorum
28	instalado dando início aos trabalhos. <b>Aprovação da Ata de</b>
29	<b>Reunião Ordinária de 17/05/2005</b> : a ata foi aprovada. <b>Ordem do</b>
30	<b>Dia</b> : foi solicitada alteração da ordem da pauta, colocado em
31	regime de votação, duas sugestões foram apresentada: alterar o
32	resultado das comissões e colocando em primeiro lugar sobre os
33	trabalhos da conferência. Foi colocado em regime de votação :
34	dois votos para resultado das Comissões e demais votos para
35	conferência. <b>Ordem do dia: item 2- Apresentação sobre o</b>

36 **andamento da Organização da VI Conferência Municipal de**  
37 **Assistência Social.** Foram apresentados os seguintes itens : o  
38 nome dos membros da comissão, os custos já foram solicitados, os  
39 orçamentos aprovados, metodologia da conferencia, problema com  
40 o local : Colégio Ave Maria, ou Policamp. A Conselheira Ismênia  
41 Aparecida dos Santos esclareceu sobre a solicitação de 1500  
42 exemplares da Política Nacional de Assistência Social ao CNAS. A  
43 Policamp precisa locar cadeiras, mas acomoda mais pessoas, o  
44 Colégio Ave Maria comporta 400 pessoas, assim teremos que  
45 limitar o número de inscrições, a previsão é de 600 pessoas,  
46 considerando os números anteriores, que foram de 450  
47 participantes. A Conselheira Lucia Vieira opinou favoravelmente  
48 pelo Colégio Ave Maria, pela localização e a realidade das demais  
49 conferências. A Presidente colocou em regime de votação os dois  
50 locais : Colégio Ave Maria 10 votos, 03 votos para a Policamp. Foi  
51 aprovado como local da VI Conferência o Colégio Ave Maria. A  
52 Conselheira Silmara R. Quintana sugeriu garantir que todos os  
53 programas inscritos tenham que enviar um representante. Os  
54 palestrantes serão : Rosa Maria B. Federicci. A Sra. Márcia Maria  
55 Biondi Pinheiro, Presidente do CNAS, está impossibilitada de  
56 comparecer por estar em Belo Horizonte, mas o CNAS se  
57 comprometeu em indicar um nome. Sem a definição do segundo  
58 nome, conselheira Lucia Vieira coloca a importância de se passar  
59 por e-mail a programação. **Resultado das Comissões : Comissão**  
60 **de Finanças e Orçamento :** Aprovação do Balancete Contábil  
61 FMAS referente Abril/05 : Foi colocado em regime de votação : o  
62 aprovado por unanimidade. **Carta da APOT :** A Entidade  
63 remeteu à SMF um ofício solicitando liberação de verba  
64 parlamentar para mesma. Após passar pela Comissão, ficou  
65 acordado o envio de um ofício do CMAS à SMCTAIS para que  
66 todas as entidades que foram contempladas com o referido  
67 recurso, o recebessem o mais breve possível. Foi pensado num  
68 projeto para aplicação das verbas destinadas ao Plano Plurianual.  
69 A conselheira Lucia Vieira informou que a destinação da verba  
70 parlamentar deverá ser conforme resolução do CMAS existente

71 sobre o assunto, considerando que a resolução não contempla uma  
72 única entidade. **Solicitação da Entidade ANDRO** : a comissão de  
73 inscrição sugeriu o cancelamento da inscrição da Entidade, mas a  
74 Comissão de Finanças e Orçamento solicitou informações da  
75 SMCTAIS para verificar se a Entidade recebeu recursos do co-  
76 financiamento, caso tenha recebido, terá de proceder a  
77 devolução. O Conselheiro Pedro Donne informou que a entidade  
78 não possui trabalho na área da Assistência Social, mas estava  
79 recebendo recursos, por isso a comissão de inscrição sugeriu o  
80 cancelamento. A Conselheira Ismênia Aparecida dos Santos coloca  
81 que a SMCTAS não transferiu verba à referida Entidade em  
82 2005. **As Entidades : Seara Espírita Joana de Angelis e**  
83 **NAECA, solicitaram suplementação de verbas** : O Colegiado  
84 entendeu que as Entidades já fazem, parte do co-financiamento e  
85 caso queiram suplementação, deverão apresentar projetos novos  
86 até 30/06/2005. **Ofício do Colégio Allan Kardec, antiga A Casa**  
87 **da Mãe Pobre** : O Conselheiro Pedro Donne informou que a  
88 entidade está completamente irregular. O ofício foi para que a  
89 Comissão de Finanças sugira a suspensão dos recursos do FMAS  
90 até que a entidade proceda os reordenamentos. A conselheira  
91 Ismênia Aparecida dos Santos informou que a CASC já tinha  
92 verificado as irregularidades e opina pela interrupção dos  
93 recursos. A conselheira Lucia Vieira, sugeriu ouvir a entidade, mas  
94 o Conselheiro Pedro Donne coloca que a situação é histórica, e a  
95 Entidade não apresentou documentação há cerca de dois anos. A  
96 conselheira Ismênia Aparecida dos Santos solicita a votação da  
97 suspensão do repasse de recursos neste momento. A Entidade  
98 deverá enviar ao CMAS a documentação para análise. A Sra.  
99 Presidente colocou em regime de votação a proposta de suspensão  
100 do repasse de recursos, tendo sido unânime. **Planilha financeira**  
101 **de Maio/2005** : nos recursos repassados pela SMCTAIS, o  
102 termo vem como subvenções. O Colegiado sugere que venham como  
103 co-financiamento. 13 entidades que não apresentaram  
104 documentação de CND - ABA e ADACAMP, se não houver  
105 regularização, o gestor vai cancelar o repasse. A Sra. Presidente

106 colocou em regime de votação a **Planilha financeira de**  
107 **maio/2005** : aprovada por unanimidade. SMCTAIS autorizou o  
108 repasse de recurso estadual endereçado a questão da exploração  
109 infantil, no recurso de R\$ 96.000,00. Este conselho votou o  
110 referido repasse no período de Março a Dezembro/2005 onde  
111 havia uma rede e que esta foi alterada, revendo o Programa Rotas  
112 Recriadas; trabalho de exploração sexual infantil 2004 : 12  
113 executores : 7 da SMCTAIS e 5 ONGs. A proposta do CMDCA é  
114 outra, em respeito a política pública, como passado a partir desta  
115 reunião, Lídia Oneida S. Baida, informou que o Programa Rotas  
116 Recriadas foi uma experiência. Em 2004 foi o início, e em 2005  
117 formou-se a rede, numa construção nova com contra partidas  
118 recriadas. O CMDCA veio para acrescentar e decidir a contra  
119 partida estadual. Por parte do CMDCA já foi feita a partilha, visto  
120 a questão da territorialidade. As entidades estão na rede do co-  
121 financiamento, só uma delas está fora, porque não tinha entrado  
122 em 2004. Para formar a rede está faltando a contrapartida  
123 estadual, que será para o Instituto Souza Novaes, que faz a  
124 execução do pernoite, que o município necessita. O CMDCA liberou  
125 R\$ 575.000,00 - abrigo especial. A Conselheira Ismênia  
126 Aparecida dos Santos informou que se trata de um processo  
127 construído e que nos coloca um desafio, sendo que apenas em  
128 Junho/2005 tiveram posicionamento e que enquanto  
129 representante da SAMCTAIS do município tem que responder ao  
130 Estado quem será o executor. A Conselheira Rosa Brasilina  
131 Abrantes Simões disse que o projeto Rotas Recriadas tem vários  
132 eixos, envolvendo a intersectorialidade. A palavra foi cedida à Sra.  
133 Darci da Silva, Diretora do DGDS/SMCTAIS que informou que os  
134 R\$ 96.000, 00 será destinado para o eixo exploração sexual,  
135 sendo apontado um único executor. A SMCTAIS está  
136 complementando uma diferença por volta de R\$ 40.000,00 a R\$  
137 50.000,00 de contrapartida. **A Presidente colocou em regime de**  
138 **votação a proposta do repasse de R\$ 96.000,00 ao Instituto**  
139 **Souza Novaes que foi aprovado por unanimidade. Comissão de**  
140 **Política e Legislação** : A Relatora da Comissão, Conselheira Lúcia

141 Vieira informou a construção do PPAS este ano para ter validade  
142 de 2006 até 2009. Instrumento este, obrigatório no processo de  
143 planejamento, uma vez que ainda estamos executando o PPAS de  
144 2002 a 2005. Neste sentido o CMAS está buscando informações,  
145 e tendo dificuldade de obter prazos. O gestor da SMCTAIS teve  
146 acesso ao plano do estado, sem ter recebido nada do ERAS; com  
147 informações desconstruídas, que se resumem numa planilha  
148 orçamentária. Foi constituída uma comissão na SMCTAIS, com a  
149 participação de todas as CRAS para discussão do SUAS, sendo  
150 este documento uma construção que visa organizar o processo. O  
151 PPAS virá na lógica da implantação do SUAS. Num primeiro  
152 momento foi elaborado um documento preliminar, está posto, já  
153 está formatado, e a partir deste primeiro momento, ele será  
154 discutido nos diferentes Conselhos na área da Assistência Social.  
155 Todos os serviços estarão discutindo as ações, pensado na lógica  
156 da proteção básica e especial, alguns programas trabalham nas  
157 proteções básicas e especiais. Toda a rede executora, integrada  
158 OGs e ONGs, vão olhar para estas proteções e se identificar nas  
159 ações para também serem levados aos Conselhos de Psicologia e  
160 de Serviço Social. Este CMAS deverá apontar qual o melhor prazo  
161 para discutí-lo. A Presidente do CMAS agradece a todos os  
162 esclarecimentos. A Conselheira Ismênia Aparecida dos Santos  
163 informou que a comissão de Política e Legislação tem por, objetivo  
164 tratar o assunto, mas que o melhor seria vir alguém na próxima  
165 Reunião Ordinária como uma sensibilização para que todos  
166 conheçam o propósito da SMCTAIS. O PPAS não quer tratar  
167 apenas dos interesses do Governo, e sim ouvir todos os atores  
168 sociais, sendo contemplada a visão do município. A proposta é, uma  
169 agenda dentro da Comissão de Política e Legislação. A Diretora do  
170 DGDS, Sra. Darci da Silva informou que o prazo de finanças para  
171 a entrega à Câmara Municipal é até 30 de agosto. As sugestões  
172 serão colocadas no dia 24/06 às 15:00 horas na Igreja do Divino  
173 Salvador. Para contemplar a contribuições de todas (os), o  
174 documento será enviado por e-mail dos conselheiros. A Diretora  
175 do DGDS, Sra. Darci da Silva lembrou da importância do Colegiado

176 aprovar antes de ir para a Câmara. Com a palavra a Conselheira  
177 Consultiva Cida Fulfulé : informou que houve uma audiência pública  
178 sobre a LDO na Câmara, onde foi apresentado o SUAS. Como  
179 havia apenas 02 Vereadores, e não estes não entendiam o  
180 significado do SUAS, ela se comprometeu a enviar novo anexo.  
181 Refere que terá uma emenda, referindo-se ao marco legal,  
182 acrescentando o SUAS. **COMISSÃO DE INSCRIÇÃO E**  
183 **NORMAS** : **Coordenadora** : Antes dos encaminhamentos da  
184 reunião, após discussão, houve consenso de todos, de que os  
185 convidados para participar das reuniões das Comissões, deverão  
186 agendar horário, ou antes do início ou depois do término para que  
187 não haja nenhum tipo de constrangimento, nem por parte dos  
188 Conselheiros nem por parte das Entidades presentes; trata-se de  
189 uma questão de ética e preservar os atos do Conselho. Maria  
190 Olímpia da Silva M. Cruz ( Coordenadora ) Relator : Pedro Delle  
191 Donne : **INDEFERIMENTOS** : **Sociedade Teresiana de Educação**  
192 **e Assistência, Instituto Campinas de Ensino e Pesquisa,**  
193 **Instituto Rachem, Organização Não Governamental Parceiros**  
194 **da Mudança, e Associação Dos Cirurgiões Dentistas, Ponto de**  
195 **apoio Complementar Oncológico.** As referidas Entidades não  
196 atenderam as exigências legais preconizadas pela Resolução  
197 CMAS nº 15/2000. A Conselheira Ismênia Aparecida dos Santos,  
198 solicitou agenda para a comissão de inscrição, para discussão de  
199 parâmetros e procedimentos quanto as inscrições de entidades de  
200 Educação e Saúde. Foi colocado em regime de votação os  
201 **INDEFERIMENTOS** : **Aprovados com 01 abstenção.** O próximo  
202 encaminhamento foi o **CANCELAMENTO da inscrição entidade**  
203 **ANDRO** : aprovado por unanimidade. Com relação a Entidade  
204 AMIC e ao Colégio Allan kardec, foi deliberado o encaminhamento  
205 de ofício com AR para atendimento das solicitações, sob pena de  
206 cancelamento de inscrição. Com relação às OSCIP Organização da  
207 Sociedade Civil de Interesse Público, que realizam serviços de  
208 interesse publico, quem confere é a Justiça ( Resolução CNAS nº  
209 89/05 ). Estas Organizações podem solicitar inscrição junto ao  
210 CMAS. **PETI** - A Comissão Municipal está solicitando a elaboração

211	de nova Resolução do CMAS informando os novos representantes
212	da Comissão. Encaminhamento aprovado com 01 abstenção. Foi
213	solicitado para os Representantes do CMAS junto à Comissão
214	Municipal do PETI, Conselheiros Sirene F. Franco e Edivan R.
215	Guimarães, apresentação na Comissão de Política e Legislação de
216	maiores informações sobre o desenvolvimento do PETI. <b>Indicação</b>
217	<b>de 02 membros do CMAS, para compor o Conselho Municipal</b>
218	<b>de Segurança Alimentar (COMSEA) :</b> Os atuais representantes
219	são : Titular: Helene Gatien, e Suplente : Silvana C. Salustiano.
220	Estes serão revogados e substituídos pelo Conselheiro Mauro
221	Gibson, único interessado no momento. <b>INFORMES</b> : Resposta da
222	SMCTAIS aos novos Conselheiros quanto aos Programas
223	desenvolvidos no Município de Campinas, com recursos financeiros
224	das esferas estadual e federal. Não havendo mais assuntos s
225	tratar, a Presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença
226	de todos e eu, Silmara Cristina R. Quintana, Conselheira, lavrei a
227	presente ata que será assinada pela Presidente e rubricada por
228	mim.
229	
230	
231	
232	
233	
234	
235	
236	
237	
238	
239	
240	
241	
242	
243	
244	
245	

246	
247	
248	
249	
250	
251	
252	
253	
254	
255	
256	
257	
258	
259	
260	
261	
262	
263	
264	
265	
266	
267	
268	
269	
270	
271	
272	
273	
274	
275	
276	
277	
278	
279	
280	

281	
282	
283	
284	
285	
286	
287	
288	
289	
290	
291	
292	
293	
294	
295	
296	
297	
298	
299	
300	
301	
302	
303	
304	
305	
306	
307	
308	
309	